

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

, DE 2025

(Do Sr. Filipe Barros)

Solicita o envio de expediente ao Ministro de Estad da Justiça e Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o envio de expediente ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública com vistas ao fornecimento das seguintes informações acerca das interações institucionais, repasses financeiros, convênios, parcerias e projetos mantidos por este órgão com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), suas entidades coligadas, organizações financiadas ou intermediadas nos últimos 10 (dez) anos.

L ABRANGÊNCIA DO PEDIDO

Este pedido de informações abrange todas as formas de relacionamento institucional formal ou informal entre este órgão e as seguintes entidades:

- 1. USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
- 2. Entidades Vinculadas e Correlacionadas:
- Organizações Não Governamentais (ONGs) brasileiras ou estrangeiras que tenham recebido financiamento da USAID para atuar no Brasil;
 - Institutos, fundações, associações ou consórcios intermediados pela USAID;
 - Empresas privadas que tenham celebrado acordos ou parcerias com a USAID;
 - Organizações que tenham atuado como parceiras técnicas ou gestoras de recursos da USAID.

II. INFORMAÇÕES SOLICITADAS

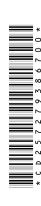
- 1. Relação de todas as reuniões realizadas, contendo data, local, participantes e assuntos tratados.
- 2. Lista de convênios e contratos assinados, incluindo valores, vigência e aditivos.
- 3. Projetos financiados ou intermediados pela USAID, com descrição detalhada.
- 4. Eventos e capacitações organizados ou apoiados pela USAID, incluindo local, data e participantes.
- 5. Compartilhamento de dados e cessão de informações ou espaço institucional a representantes da USAID ou suas coligadas.

III. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO

O presente pedido de informações está fundamentado nos seguintes dispositivos:

- Artigo 50, §2°, da Constituição Federal;
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação LAI);
- Decreto nº 7.724/2012;
- Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).







JUSTIFICATIVA

Nos últimos dias tem sido amplamente divulgado pelos veículos de imprensa a forte interferência Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)¹ anlicos con amentais e entidades filantrónicos. que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)¹ aplicou em órgãos governamentais e entidades filantrópicas no Brasil.

Diante disso, este Parlamento não pode se abster da sua função fiscalizatória e requerer dos órgãos competentes as informações precisas acerca dos fato noticiados..

Importa ressaltar que a recusa ou omissão no fornecimento das informações poderá configurar crime de responsabilidade nos termos legais, ensejando medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, de de 2025

Filipe Barros Deputado Federal PL -Paraná



